



**ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
CASA DE EPITÁCIO PESSOA
GABINETE DA DEPUTADA ESTELA BEZERRA**

REQUERIMENTO Nº 19.502/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente,

REQUEIRO, a Vossa Excelência, de acordo com o Regimento Interno desta Casa, que seja registrada nos Anais desta Casa, a Matéria: "**Caso Márcia: condenação expõe o machismo e o racismo do Brasil - Perita que fez laudo da vítima analisa decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre crime acontecido na PB**", do Jornalista André Resende, para o Jornal A União - entrevista com a perita do caso: Dra Gilberta Santos Soares.

JUSTIFICATIVA

No último 7 de setembro a Corte Interamericana de Direitos Humanos condenou pela primeira vez o Brasil por feminicídio, em virtude do assassinato da jovem paraibana Márcia Barbosa de Souza, em 1998, pelo então deputado estadual Aécio Pereira.

A sentença que foi divulgada no dia 24 de novembro, responsabiliza internacionalmente o Brasil por "discriminação no acesso à Justiça, por não investigar e julgar a partir da perspectiva de gênero, pela utilização de estereótipos negativos em relação à vítima e pela aplicação indevida da imunidade parlamentar para postergar as investigações".

A matéria a que este requerimento se refere, é resultado de uma entrevista com a psicóloga Dra Gilberta Santos Soares, que atuou como perita no Caso, tendo elaborado o laudo psicossocial que respaldou a decisão do Juiz para referida sentença e merece compor o rol de reparações públicas do estado brasileiro para com a família da Jovem Márcia Barbosa.

João Pessoa, 06 de dezembro de 2021.

ESTELA BEZERRA
Deputada Estadual - PSB

Caso Márcia: condenação expõe o machismo e o racismo do Brasil

Perita que fez laudo da vítima analisa decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre crime acontecido na PB

André Resende

andresendejournalismo@gmail.com

A condenação do Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos diante da condução ineficiente na investigação e no julgamento do assassinato da paraibana Márcia Barbosa de Souza, em 1998, representou um marco jurídico no país: é o primeiro no âmbito do feminicídio na história do país. A decisão, publicada em 7 de setembro deste ano e divulgada nessa quinta-feira (25), reconhece que o Estado Brasileiro violou o princípio de igualdade perante a lei e do acesso à Justiça.

Gilberta Soares, psicóloga que atuou como perita responsável por produzir o laudo psicossocial da vítima, e que também acompanhou o julgamento do caso Márcia Barbosa na Corte Interamericana, avalia que a sentença internacional expõe de forma inédita, em se tratando do Brasil, a estrutura de violência de gênero e do racismo existentes no país, além dos problemas de classe, presentes na origem de Márcia e do condenado por sua morte, o ex-deputado Aécio Pereira.

“A decisão é a primeira relativa a feminicídio no âmbito do Brasil, determinando a responsabilidade internacional do Estado pela discriminação no acesso à justiça, por não julgar com a perspectiva de gênero e pela utilização de estereótipos negativos em relação a vítima”, explica.

A história da estudante Márcia Barbosa, de 20 anos, é comum a muitas mulheres paraibanas. Veio do interior, do Sertão, para a capital em busca de emprego. O contato dela com o então deputado se deu justamente a partir de uma proposta de trabalho. Os autos do processo indicam que um dia antes de ser encontrada morta em um terreno baldio no Altiplano, em João Pessoa, se encontrou com o deputado e telefonou para sua família, que estava na cidade de Cajazeiras. Uma das testemu-



Foto: Arquivo A União

Gilberta Soares produziu o laudo psicológico de Márcia Barbosa, morta em 1998

nhas do caso afirmou ter visto alguém tirar o corpo de Márcia de um carro e atirá-lo no terreno.

“De acordo com as análises sobre o caso, a investigação foi conduzida de forma tendenciosa com a repetição de testemunhas que buscavam construir uma imagem preconceituosa de Márcia, e que levantavam informações sobre o comportamento dela, sua conduta social e sua sexualidade de modo a incutir dúvidas sobre a sua reputação e isentar a responsabilidade do acusado. Acusações criadas, em parte, pela defesa do réu para produzir subterfúgios de defesa, transferindo a culpa para a vítima”, lembra Gilberta Soares.

Para além da construção de uma imagem negativa de Márcia Barbosa perante a opinião pública, o transcorrer do caso foi contaminado pela força política e financeira do condenado. A narrativa construída pela defesa aplacou um julgamento moral a Márcia Barbosa que causou uma sensação de impotência à família da vítima, em representantes do movimento feminista e dos Direitos Humanos.

“A influência política, a imunidade parlamentar, o poder financeiro de Aécio Pereira e a exposição pública sufocaram o grito da família. A crueldade dos julgamentos morais, insensatos e carregados de preconceitos de gênero, a violação de direitos e a dor da perda são tamanhos e tornam necessário e justo que a família seja apoiada e reparada. Em suma, a Corte conclui que a investigação foi discriminatória e não foi conduzida com a perspectiva de gênero como prevê as obrigações impostas pela Convenção de Belém de Pará”, acrescentou Gilberta.

A psicóloga e perita do caso afirma ainda que uma sucessão de problemas na investigação e no julgamento conduziram o caso a um desfecho ruim: o inquérito da morte de Márcia Barbosa teve troca de delegados, falhas na persecução das provas e outros envolvidos que não foram incursos no processo, as manobras jurídicas que postergaram o julgamento para nove anos depois do crime, o não cumprimento da pena de 16 anos decorrente de um recurso

para segunda instância e a liberdade para aguardar a sentença transitar em julgado. A soma de fatores culminou em impunidade. Aécio Pereira morreu seis meses após a condenação.

A decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos, para Gilberta Soares, promove uma reparação à morte de Márcia Barbosa e, sobretudo, atenua os traumas sofridos pela família dela, que até hoje lida com a difamação e a impunidade decorrentes do não cumprimento da pena por parte do ex-deputado. “Essa reparação dar-se-á através do reconhecimento público de todas as violações sofridas e de apoio à família, com assistência regular à saúde física e mental da mãe e da irmã de Márcia”, explicou Gilberta Soares.

A sentença internacional, em termos práticos, promove diretamente a reparação dos traumas à família da vítima, reforça a necessidade da apuração correta por parte do Estado Brasileiro em casos de feminicídio, e responsabiliza o governo pela vida das mulheres. Para Gilberta, a correção histórica do caso estimula ainda a manutenção e o incremento de políticas públicas de enfrentamento a violência contra mulheres e no geral, pelo reconhecimento do machismo e do racismo como fatores estruturais da desigualdade social.

“Significa reconhecer que uma jovem estudante, negra, sertaneja, que vivia em situação de pobreza, foi assassinada brutalmente e que a imunidade parlamentar foi utilizada como privilégio individual do deputado para evitar o julgamento e impedir a apuração do crime de feminicídio. Além disso, reconhece a difamação da vítima através do emprego de estereótipos negativos e admite o caráter sistemático e estrutural da violência de gênero e do racismo no Brasil, que se expressa em tantos outros casos de homicídio de mulheres em decorrência dos fatores de gênero e raça”, concluiu.

Acilino

Alberto Madeira Neto

amadeiraneto@gmail.com

Um presente para Xisto Medeiros

Neste ano de 2021, tive a graça de receber boas prendas. E uma graça muito especial foi um convite do maestro Xisto Medeiros para falar sobre o legado da cultura negra na música brasileira. Ao lado do grande músico Emanuel Barros, nosso jovem amigo Mano, pus-me no desafio complementar de análise da composição “Oduduá (What’s my Name)”, interpretada por João Bosco, de autoria de Moacir Santos e Nei Lopes, dois guardiães da cultura afro-brasileira.

Xisto Medeiros mediu as duas falas: Mano deu uma breve e maravilhosa aula sobre a arte musical de Moacir Santos e seu africanismo, numa originalíssima contribuição para as expressões da música popular brasileira. Encantado com a erudição de Mano, falei sobre Nei Lopes e a sua sensibilidade em apresentar na composição analisada elementos culturais e literários afro-brasileiros.

A proposta inicial de se produzir uma conversa simples sobre antropologia musical, em sua vertente negra, ganhou forma mais eloquente a partir da provocação inicial de Xisto Medeiros pela citação de um estudo de Kazadi wa Mukuna quando este autor argumenta que “a meta final do campo da etnomusicologia, como disciplina sócio humana, é contribuir para a compreensão dos humanos no tempo e no espaço por meio de suas expressões musicais”. Moral da estória: Xisto Medeiros começava ali, na citação em comentário, a construção de um documentário em sede de seu mestrado em curso no Departamento de Música da UFPB.

Logo na introdução, Xisto Medeiros apresentou uma breve biografia de Moacir Santos e Nei Lopes.

O Maestro Moacir Santos nasceu em Flores, Pernambuco, no dia 8 de abril de 1926, e faleceu no dia 6 de agosto de 2006, em Pasadena, Califórnia, nos Estados Unidos. O maestro, arranjador, compositor e multi-instrumentista, iniciou sua carreira musical ainda muito jovem nas bandas de música do sertão pernambucano. Ainda em Flores vivendo com uma família adotiva, saiu de casa aos 14 anos para trabalhar como músico de circo. No início da década de 40, Moacir Santos veio para Paraíba e deu um novo rumo em sua trajetória a partir de 1947 como maestro da Rádio Tabajara na capital paraibana, depois seguiu para o Rio de Janeiro aonde foi saxofonista e arranjador da orquestra da Rádio Nacional, aos 25 anos de idade.

Nei Braz Lopes, mais conhecido como Nei Lopes, nasceu em Irajá, Rio de Janeiro, no dia 9 de maio de 1942. Um intelectual artista negro brasileiro dos mais respeitados. O cantor, compositor, poeta e escritor Nei Lopes é um dos maiores estudiosos das culturas africanas, no continente de origem e na diáspora africana. Como compositor coleciona uma extensa lista de ilustres parceiros como: maestro Moacir Santos, Ivan Lins, Fátima Guedes, Wilson Moreira, entre tantos outros.

Na sequência de minha fala sobre Nei Lopes foi dada a oportunidade de discorrer sobre estética e ontologia, em âmbito dos elementos culturais e literários que se apresentam na letra de Oduduá. Os elementos culturais se formam pela evocação do autor da tradição do culto aos orixás nas religiões de matriz africana, como o candomblé. Não menos importante é a cultura Yorubá onde deuses africanos formam um panteão como o dos deuses gregos. O sentido da existência humana, em dúvidas e desejos, na cultura africana e depois transplantada na diáspora negra pelo mundo, sempre foi compartilhado com todos os orixás e em especial com os orixás da criação:

“Quem me fez voar tantos céus/Navegar tanto assim
Diz se foi Olofim/Ou se foi Olorum/Foi Olodumarê/
Ou todos três em um”
(Trecho de Oduduá)

Nei Lopes traz para o interior da música brasileira elementos de oralidade e da ontologia filosófica africana – estes elementos literários enriquecem os significados estéticos das tradições afro-brasileiras.

Muito obrigado maestro Xisto Medeiros pela oportunidade de falar de música, literatura, africanidade, negritude e brasilidade.

Feira de Aromas

EPC integra projeto realizado na Fundação Casa de José Américo

Juliana Cavalcanti
julianacavalcanti@epc.pb.gov.br

A Empresa Paraibana de Comunicação (EPC) é uma das participantes da Feira de Aromas, projeto realizado pela Fundação Casa de José Américo. O evento ocorre todos os sábados e busca a inclusão através das artes e literatura envolvendo agricultura familiar, artesanato, comidas, cachaças, café, tapioca e outras expressões da cultura popular. E a Editora A União também está presente através de suas publicações, a exemplo dos livros de autores paraibanos.

“Na Fundação Casa de José Américo já existe um projeto que leva os integrantes da Fundacão de Aromas para atividades de inclusão no sábado. E é em frente a Casa de José Américo que ficou como a base. Então eles

agregaram essa atividade e tiveram a ideia da Feira de Aromas”, afirma Alexandre Macedo, gerente da Editora A União. Trata-se de uma feira de variedades que vai desde a gastronomia até a área da literatura. Com relação a inclusão, o gerente reforça que além da comercialização dos livros, a Editora A União, participa através dos exemplares do Jornal A União, em braile. “É uma feira cultural e de inclusão através das artes, música, esporte e lazer. O público agrega artistas, jornalistas, escritores, estudantes e muitos outros. Tem sido uma experiência muito boa especialmente pela inclusão”, elencou Alexandre.

Sobre a inclusão, o revisor de braile do Jornal A União Otto de Sousa destaca que apresenta aos visitantes várias explicações sobre como é feita uma edição do

jornal em braile. Isto tem despertado muita curiosidade dos participantes, segundo o profissional. “Levamos algumas edições dos jornais em braile e algumas pessoas viram e gostaram de conhecer, tem tido muitas perguntas e comentários. Falamos sobre as instituições e as 85 pessoas com deficiência visual da Paraíba que recebem”, ressaltou.

A Feira de Aromas acontece todos os sábados das 8h ao meio-dia no jardim da Fundação. É um evento aberto ao público e possui estandes para exposição de diversos produtos. Ela também apresenta grupos folclóricos, trios de forró, poesia, e outras expressões da cultura popular.

“Está sendo uma experiência muito boa porque é mais um local onde podemos mostrar nossa produção de livros e revistas, já que par-

ticipamos de outras feiras como a Rota das Letras no Centro da cidade e agora na Orla onde recebemos muitas pessoas e já vendemos vários livros”, analisa Alexandre Macedo. Neste sentido, ele comemora a participação da EPC na feira, por meio da apresentação das produções da editora que tiveram uma boa receptividade do público, principalmente agregando o setor de braile do Jornal A União. “A Casa de José Américo é um lugar belíssimo, um museu bem localizado e já atrai o interesse das pessoas por se tratar da casa de uma personalidade da política e da cultura que é José Américo de Almeida. E essa feira também atrai muito por conta dessa interação, das sensações de acolhimento e inclusão, despertando os sentidos”, finalizou o gerente.